

Para continuar a leitura recomendo a compra do ebook Carlos Marichal, *Nova História das grandes crises financeiras, 1873-2008*, no [Fundação Getulio Vargas](#), [Rio de Janeiro, 2016].

Epílogo

A Grande Recessão e as reformas da arquitetura financeira internacional

Em 31 de março de 2009, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, partiu em viagem à China, com o objetivo de concretizar uma série de acordos para assegurar o funcionamento do que se passou a chamar G-2. Ficava evidente que, após o desencadeamento da crise financeira mundial, era necessário fortalecer os vínculos com a segunda potência global, que havia logrado desvencilharse do colapso de maneira muito melhor que suas rivais; de fato, a poderosa máquina industrial chinesa havia-se convertido na locomotiva mais dinâmica da economia mundial. Contudo, o governo e o banco central da China haviam manifestado uma forte preocupação por suas enormes reservas em letras do Tesouro dos Estados Unidos e desejavam assegurar-se de que não se produziria uma pronunciada desvalorização do dólar em razão da crise financeira. Por sua vez, os dirigentes chineses tinham comunicado seu interesse em prosseguir tendo acesso ao mercado mais importante para suas exportações. Em primeiro de junho, diante de auditórios separados, de funcionários e de estudantes universitários em Beijing, Geithner garantiu que não deveria haver qualquer preocupação quanto à

credibilidade do dólar e à dívida pública estadunidense. Sustentou que os mercados financeiros dos Estados Unidos eram os mais profundos e líquidos do mundo e que por isso se deveria ter confiança em um futuro monetário estável.

Apesar dos discursos tranquilizadores do alto funcionário norteamericano, o fato era que o governo chinês estava profundamente apreensivo com os impactos da crise financeira mundial, que havia irrompido em outubro de 2008 em Nova Iorque e Londres, e provocado o que se conhece hoje como a Grande Recessão. Com efeito, desde fins de 2008, as autoridades chinesas haviam posto em andamento uma série de medidas contracíclicas, para assegurar que não entrasse em colapso a enorme máquina industrial do país, causando aumento súbito do desemprego. Porém, em princípios de 2009 declinaram as exportações chinesas e começaram as demissões nas fábricas, o que logo implicou que mais de dez milhões de trabalhadores se encontrassem em situação de extrema precariedade. Conforme assinalaram altos funcionários chineses, um aumento de vinte ou trinta milhões de desempregados não seria tolerável para o regime: por isso, foi necessário que aumentassem intensamente o gasto público e, ao mesmo tempo, que o banco central flexibilizasse o crédito em uma escala sem precedentes, para sustentar o consumo e assegurar às empresas os fundos necessários a seguir operando, apesar da queda de vendas.

Simultaneamente, o banco central em Beijing resolveu modificar parcialmente suas políticas de reservas monetárias. Começou a adquirir maior volume de ouro, de euros e de uma cesta variada de reservas monetárias, que

pudessem dar suporte com maior segurança a sua moeda nacional, o yuan (ou renminbi). Não obstante, continuou também a adquirir bônus do Tesouro dos Estados Unidos. Essa combinação de políticas era necessária para assegurar a estabilidade financeira internacional, por sua vez imprescindível para o funcionamento do gigantesco setor industrial da China, que havia experimentado taxas de crescimento sem precedentes na história mundial nos últimos vinte anos. Igualmente essenciais foram as políticas que as autoridades chinesas levaram a efeito para alcançar acordos comerciais e financeiros com muitos países em distintos continentes, com o propósito de garantir a provisão de alimentos para sua enorme população e minerais para suas fábricas, além de petróleo e gás para suas redes de transporte e sua infraestrutura energética.

Se a China estava preocupada com a situação financeira e monetária internacional, não resta dúvida de que também o restante do mundo. Eram e são múltiplas as perguntas colocadas desde o colapso financeiro de 2008. Qual seria o futuro do sistema financeiro global depois de passado o pior da crise? Qual seria a natureza do sistema monetário mundial no futuro? Continuaría o dólar como moeda hegemônica? O euro já competia fortemente com o dólar, mas que se passaria com o yen, com o yuan, ou com a moeda contábil do FMI, os chamados SDR? Igualmente incerta era a duração do colapso econômico-financeiro em escala global. Sem dúvida, todos os países sofreram de maneira brutal o impacto inicial da crise, mas posteriormente um bom número de nações (principalmente da Ásia e da América do Sul) logrou superá-la com bastante êxito, enquanto Estados Unidos, Grã-Bretanha e a maior parte da União Europeia seguiram envoltos nas tormentas

financeiras e exigiram a aplicação de medidas de emergência inéditas na história do capitalismo contemporâneo. Com efeito, a ação conjunta de bancos centrais e das tesourarias dos países mais afetados foi essencial para evitar uma derrocada total.